

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE
CT-SAÚDE/CIF

No dia vinte e um de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e cinco minutos, em modelo híbrido, com sede presencial no **Hotel Max Savassi**, localizado na R. Antônio de Albuquerque, 335 - Savassi, Belo Horizonte - MG, e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte restrita da 63ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov.), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Da lista de presença, registro: Agatha (Ministério da Saúde), Alexei Correa (EY), Agnis Marciano de Souza (SMS/Linhares/ES), Alice Rodrigues de Matos (SMS Governador Valadares/MG), Ana Gabriela (ADAE/ES), André Carvalho Alcântara (SES), Antônio Áureo do Carmo (Atingido/Rio Doce/MG), Carla (Conselheiro Pena/MG), Clara de Oliveira Lazzarotti Diniz (Secretaria de Estado de Saúde/MG- CT-Saúde), Cristiany Pietro (SESA/ES), Damiani Paolo (ASPRQD/Degredo/Linhares), Eduardo (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Elias Melo de Oliveira (SES/MG), Fernanda Santos Pereira (SES/MG), Fernanda Viegas (Fundação Renova), Gabriela Porto (Assessoria Técnica Independente – Centro Agroecológico Tamanduá do médio Rio Doce), Guilherme Alves (ADAE/ES), Iris (SMS Conselheiro Pena/MG), Isabella de Castro Oliveira (SRS Ponte Nova), Ivan Ferreira Brum (SMS/Resplendor/MG), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (CRQ Degredo/ES), Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde), Joéci Miranda (Comissão de Atingidos Aracruz/ES), Joice Rodrigues da Cunha (SES/MG), Luiz Fernando Prado de Miranda (SES/MG), Maralise Moreira (Fundação Renova), Marcela Alves Lima Santos (SMS/Mariana/MG), Márcia (ADAE), Maria Alice da Silva (FLACSO), Matheus Vinícius Costa (SES/MG), Nathalia Pippa Cardoso (SES/MG), Paula Cambraia de Mendonça Viana (Fundação Renova), Paula Vieira Gonçalves De Souza (Fundação Renova), Priscila Alves Vieira (SES/MG), Rafaeli Bruni (IEMA/ES), Raniere Martinelli do Prado (Prefeitura de Belo Oriente/MG), Roberto da Costa Laperriere (SESA/ES), Rodrigo Leite (SMS Rio Doce/MG), Rosângela Casotti (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Simone Nunes (Comissão de Atingidos de São José do Goiabal/MG), Tatiana Medeiros Tatagiba (SETADES/ES), Tatiane Cristina Nicomedes Dos Santos (Assessoria Técnica), Thaís Motta Veiga (Ministério da Saúde), Thiago Alex Paiva (FLACSO), Valquíria Seleguini (SRSC/ESA/Colatina/ES), Wenner Shaday Tavares (SES/MG).

Verificado o quórum de instalação, o coordenador, o sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, cumprimentou os participantes e fez uma rodada de apresentação deu sequência aos trabalhos como detalhado a seguir:

Pauta Geral – 63ª RO - Restrita

Pauta	Discussão
a) Ofício em resposta ao Despacho nº 15958204/2023 - CIF/Gabin	Luiz Fernando, fez leitura da pauta, na sequência informou que as atas da 56ª, 60ª, 61ª e 62ª Reuniões Ordinárias da CT- Saúde não seriam apresentadas para aprovação, pois, não puderam ser elaboradas, devido à necessidade de afastamento da secretária por problemas de saúde.

	<p>O coordenador da CT Saúde, compartilhou o Despacho nº 5958204/2023 -CIF/Gabin e relatou que não foram negadas informações pela Fundação Renova e a resposta será enviada ao CIF (E63.01). Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, mencionou dificuldades de acessar documentos no Sharepoint da Fundação Renova, que está desatualizado.</p>
<p>Encaminhamento E.63.01</p>	<p>Encaminhar ofício à SECEX em resposta à solicitação de subsídios feitas no Despacho nº 15958204/2023-CIF/Gabin</p>
<p>b) Ofício em resposta ao Despacho nº 15957586/2023-CIF/Gabin</p>	<p>Clara Diniz, representante da SES/MG, apresentou minuta de ofício em resposta ao Despacho 15957586/2023-CIF/Gabin, solicitando manifestação sobre o atual estágio das discussões sobre o município de Ouro Preto no âmbito administrativo, e sobre como tratar o crescente surgimento de demandas originadas nos municípios, que não integram as áreas, inicialmente, indicadas no TTAC. Clara Diniz informou que o município de Ouro Preto foi incluído no TTAC pelas Deliberações CIF 81/2017 e 269/2019 dentro do rol de municípios contemplados pelos programas do TTAC/TAC-GOV e como parte da área de abrangência socioeconômica, indicando a necessidade de ações de reparação em saúde no município. Acrescentou que o ofício contextualiza o PG14 e trata, ainda, dos Planos de Ação em Saúde, sendo que, atualmente, quinze Planos já foram aprovados pelo CIF, porém, nenhum deles foi executado pela Fundação Renova, por discordância com os fluxos de avaliação. Acrescentou que o município de Ouro Preto/MG finalizou a primeira versão de seu Plano de Ação em Saúde em junho, o qual será apresentado na 63ª RO da CT-Saúde, encaminhado à Fundação Renova, avaliado por esta Câmara Técnica para finalmente ser remetido ao crivo do Comitê Interfederativo. Informou que o município de Ouro Preto/MG, atualmente, não possui nenhum ponto de monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano incluído no PMQACH. A minuta de ofício foi aprovada, sem considerações, e o ofício deve ser encaminhado à SECEX (E63.02). Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, informou sobre as inúmeras solicitações endereçadas à Câmara pelo CIF, inclusive de envio de manifestações já respondidas, o que evidencia que elas não foram contempladas nos processos. Compartilhou o Ofício CT Saúde 46/2023, enviado ao CIF, no qual apresenta o status das solicitações de manifestações e esclarece o papel técnico e não jurídico da Câmara. Relatou que em outubro de 2022 foi solicitada agenda com a IAJ e SECEX para apoio jurídico em relação às questões da CT, e como até o momento não foi dada resposta, reiterou no ofício a solicitação de agenda. Acrescentou que a Secex informou sobre o processo de transição da secretaria e informou que a demanda de agenda deve ser respondida em breve. Joéci Miranda (Comissão de Atingidos Aracruz/ES), mencionou a lei do retorno rápido e sugeriu que seja citada nas solicitações. Agnis de Souza (SMS/Linhares/ES), considerou importante ter acesso aos processos judiciais, para monitorar sua memória e evolução. Sugeriu solicitar a cópia integral do processo. Clara Diniz, representante da Secretaria de Estado de Saúde/MG, mencionou que, por vezes, as manifestações encaminhadas pela CT parece que não são enviadas ao judiciário pelo CIF e acrescentou que os processos são muito extensos, o que dificulta sua leitura, por isso reforça a importância da reunião com a IAJ.</p>

<p>Encaminhamento E63.02</p>	<p>Enviar o ofício aprovado à Secex, em resposta à solicitação de subsídios feitas no Despacho nº 15957586/2023-CIF/Gabin</p>
<p>c) Revisão dos Encaminhamentos da 62ª RO da CT-Saúde</p>	<p>Luiz Fernando, coordenador da CT - Saúde informou a impossibilidade de fazer a revisão dos encaminhamentos 62ª RO da CT-Saúde, devido ao afastamento da secretária, mas considera que os encaminhamentos foram executados.</p>
<p>Pautas previstas para a 69ª Reunião Ordinária do CIF</p>	<p>Luiz Fernando, coordenador da CT – Saúde, informou que será apresentado na 69ª RO do CIF os seguintes pontos: Planos De Ação em Saúde de Santana do Paraíso e de São Mateus para aprovação do CIF. Solicitação de aplicação de multa pelo descumprimento da notificação 11, referente à Sooretama/ES, e descumprimento das deliberações 678 e 679 referentes à Ipaba/MG e Ipatinga/MG. Apresentação da resposta da CT- Saúde à manifestação da Fundação Renova, contrária à Deliberação 651/2023 - Programa de Capacitações em Saúde. Joice Rodrigues da Cunha, representante da SES/MG, pediu informações sobre os Planos de Ação aprovados e encaminhados judicialmente e Luiz Fernando, coordenador da CT – Saúde, relatou que não há informações sobre as tramitações e o status das definições, pois o PG 14 está todo judicializado. Clara Diniz, representante da Secretaria de Estado de Saúde/MG, informou que há um juiz que toma decisões sobre o eixo 2 (e sobre os planos) e os descumprimentos ou dissensos são tratados na 4ª Vara. Joeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos Aracruz/ES, considerou que isto impacta nos resultados, e sugeriu que a CT solicite que apenas um juiz tome as decisões sobre as questões da reparação. Acrescentou que esta questão será levada pelos atingidos ao CNJ e à IAJ. Cristiany Pietro, representante da SESA/ES, considerou que as notificações e multa deixam os municípios confusos. Luiz Fernando, coordenador da CT- Saúde detalhou os fluxos de discussão dos planos e os considerou muito longos. Informou que este, também, será ponto de pauta com o IAJ. Acrescentou que são quarenta e nove (49) municípios em elaboração de planos e até o momento nenhum dos planos aprovados foi executado. Rodrigo Leite, representante da SMS Rio Doce/MG, expressou preocupação com a complexidade da situação de não execução dos planos nos municípios. Comparou com a situação de Brumadinho/MG, onde, avaliou, as ações estão fluindo bem melhor. Considerou que o CIF precisa instigar a execução, tirando a Fundação Renova da situação de conforto em que se encontra, pois, parece estar apenas esperando a repactuação, enquanto as populações sofrem os impactos, tendo sua saúde prejudicada, sem nada ser feito. Sugeriu buscar apoio do Ministério Público.</p>

2. Pauta dos GTs

a) GT- Planejamento:

Pauta	Discussão
-------	-----------

<p>1. Apresentação dos Plano de Ação em Saúde de Ouro Preto</p>	<p>Jordan e Ana, representantes do município, apresentaram o Plano de Ação em Saúde de Ouro Preto, iniciando pela apresentação de informações sobre a rede de saúde do município e em seguida focando no distrito de Antônio Pereira, região próxima à barragem de Fundão e onde se localiza a sede da SAMARCO, com grande número de funcionários. Destacaram os impactos do rompimento da barragem de curto, médio e longo prazo, o potencial de contaminação da água e alimentos e a alteração dos ciclos de vetores relacionados a diversas doenças. Relataram aumento da incidência de animais peçonhentos, problemas respiratórios e alteração na dinâmica do micro clima. Informaram que a relação entre os seres humanos e animais, foi afetada, ampliando os eventos de abandono de animais na região e aumentando a disseminação de doenças. Acrescentaram os impactos na saúde mental da população, além do aumento da sensação de insegurança e medo. Relataram que fizeram o levantamento dos agravos no município de 2016 a 2022, correlacionando aos impactos com o rompimento, evidenciando o crescimento nos atendimentos ao longo do tempo. Listaram as categorias de danos e agravos no município ressaltando as condições no distrito de Antônio Pereira. Informaram o impacto econômico que contribuiu para o aumento dos agravos. Detalharam os itens contemplados pelo plano de reparação, aquisições materiais e contratações de recursos humanos, capacitações e ações educativas. Definiram os indicadores e metas. Considerações dos participantes: Fernanda Pereira, representante da SES/MG, sugeriu formatar o documento, separando por eixos, colocar cada problema e os objetivos correspondentes e acrescentar a Fundação Renova nos responsáveis; Definir indicadores e metas a cada ação. Ranieri do Prado, representante da Prefeitura de Belo Oriente/MG sugeriu atualizar os valores de construção de UBS com os patamares já utilizados pelo Estado. Elias Melo de Oliveira (SES/MG), perguntou se no plano são apresentados dados anteriores a 2015, para fazer linha comparativa e se possuem os dados por UBS. Rodrigo Leite, representante da SMS Rio Doce/MG, reforçou a atenção nos valores monetários, e sugeriu parametrizar os dados em sites do governo. Clara Diniz, representante da SES/MG, agradeceu o município, e considerou excelente a estratégia de comparar os dados do município com os do distrito. Sugeriu atentar ao quantitativo de profissionais e amarrar com os dados dos equipamentos. Foi proposto que o município envie o plano revisado até 10 dias antes da próxima RO da CT Saúde. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, orientou o município a fazer o envio do plano para o Conselho Municipal de Saúde e para a comissão de atingidos – itens obrigatórios. Acrescentou que seria interessante falar mais da estrutura e organização da saúde no município e destacar a quantidade de moradores em Antônio Pereira. Parabenizou a elaboração do plano.</p>
<p>2. Apresentação do Plano de Ação em Saúde de Conselheiro Pena</p>	<p>Iris, Carla e Catarine apresentaram o Plano de Ação em Saúde de Conselheiro Pena/MG, cidade cortada pelo Rio Doce. Foi informado que o município possui 23 mil habitantes, distribuídos em 5 distritos e que a agricultura é a maior fonte de renda. Relataram que a água utilizada pelo município é captada em afluente do Rio João Pinto, não tendo o município vivido o desabastecimento. Acrescentaram que há um distrito ribeirinho ao Rio Doce, que foi impactado com a lama, foco do plano de ação – Barra do Coieté, que possui 2.045 moradores, os quais sofreram inúmeras consequências</p>

sociais e econômicas e sofre inundações constantes, por isso, demanda serviços à disposição. Destacaram o desemprego, o uso de álcool e drogas, a perda da renda referente à pesca, o aumento da violência, o aumento de vetores relacionados a diversas doenças. Estas condições justificam a priorização deste distrito no plano. Apresentaram os eixos temáticos do plano: obras de construção e equipagem da unidade de saúde, aquisição de veículos para condução dos profissionais da sede ao distrito. Construção de uma academia de saúde ampliada, espaço de atenção integrada da rede. Aquisição de equipamentos, carros e contratação de profissionais, estruturação do atendimento odontológico e o enfrentamento às endemias. Contribuições dos participantes: Ranieri do Prado, representante da Prefeitura de Belo Oriente/MG, sugeriu avaliar os valores das obras, ampliar a solicitação para 10 anos e rever os salários dos profissionais. Antônio Áureo, representante dos Atingidos/Rio Doce/MG, propôs que envolvam os atingidos na elaboração do plano. Joeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, sugeriu incluir uma nota indicando a atualização dos valores ao momento de execução do plano. Iris, representante da SMS de Conselheiro Pena/MG, informou que tentou contatos com os representantes dos atingidos sem sucesso. Joeci Miranda e Antônio Áureo vão encaminhar os contatos dos atingidos da região para as representantes de Conselheiro Pena. Clara Diniz, representante da SES/MG, agradeceu e parabenizou o município pela elaboração do plano e sugeriu que os impactos relatados sejam registrados em um tópico específico. Acrescentou que o município será convidado para reunião do GT Planejamento para novos ajustes no plano. Elias de Oliveira, representante da SES/MG sugeriu: a) Incluir dados de antes de 2015, para análise comparativa. b) Incluir dados da produção hospitalar e ambulatorial para outros anos, além do ano de 2022. c) Ampliar os tipos de agravos e doenças associados ao rompimento da barragem e informações sobre exames e consultas especializadas nos períodos antes de 2015. Rodrigo Leite, representante da SMS Rio Doce/MG, sugeriu atentar aos valores, tomando como referência os planos de cargo e salário do município, atentando aos pisos salariais de cada profissão. Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde sugeriu levar as justificativas para o início do plano e enxugar as informações iniciais, focando mais nos impactos e contextos da saúde no município.

3. Informe sobre a reunião do GT do dia 20 de junho de 2023

Clara Diniz, representante da SES/MG, informou que os planos de Dionísio/MG, São Domingos do Prata/MG e Conceição da Barra/ES foram apreciados na reunião do GT. Os Plano de Dionísio/MG e São Domingos do Prata/MG já tiveram os pareceres finalizados e serão enviados aos municípios. O plano de ação em saúde de Conceição da Barra/ES será discutido dia 26/06 às 14 horas, para finalização do parecer. Informou, ainda, que tem 17 NT aprovando planos de Ação em Saúde. 11 municípios que deverão dar retorno aos pareceres. 08 municípios ainda não enviaram os planos. 10 planos estão esperando parecer. 14 planos para elaboração de NT, em aguardo de retorno dos municípios. Ranieri do Prado, representante da Prefeitura de Belo Oriente/MG, solicitou acesso à lista dos municípios com pendência na região de Cel. Fabriciano (E63.03).

<p>4. Alinhamento sobre apresentação do PG -14</p>	<p>Clara Diniz, representante da SES/MG, informou que as colaborações foram enviadas e a revisão foi feita com base no modelo técnico conceitual sobre os danos ambientais e de saúde, absorvendo no PG 14 os danos listados; os termos foram alterados e o conteúdo formatado. O Documento, que está na pasta de revisão do PG14, foi encaminhado à Fundação Renova, para envio de suas contribuições, porém, a resposta da Fundação Renova foi de que o PG14 está inteiramente judicializado, portanto, não avaliará esta revisão, por discordância da versão anterior, aprovada no CIF. Ivan Ferreira Brum, representante da SMS/Resplendor/MG, questionou os fluxos para as decisões e deliberações e sugeriu enviar informações diretamente ao MP e judiciário. A questão foi discutida realçando a importância de se fazer um alinhamento com a IAJ. Participantes mencionaram a importância da participação do MP nas CTs para a fluência dos trabalhos. Clara Diniz, representante da SES/MG, questionou se a judicialização de um programa pode paralisar as ações antes da decisão judicial.</p>
---	--

2. Pauta dos GTs

b) GT-Estudos:

Pauta	Discussão
<p>1. Informe sobre a reunião do GT do dia 20 de junho de 2023</p>	<p>O Sr.Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES e coordenador do GT – Estudos, informou que na reunião do GT foram tratados sobre as capacitações e sobre o agravo de instrumento, respondendo a algumas questões propostas através do OFÍCIO n. 00377/2023/NAP/EIMA-PRF1-PRF6/PGF/AGU: <i>O CIF tem interesse em contraditar todos os tópicos suscitados pela Fundação Renova em seu recurso? A determinação judicial que atribuiu ao CIF a condução dos estudos relacionados ao Eixo Prioritário nº 2 viola o TTAC, como afirmado pela FR? Por quais razões o CIF considera o não cumprimento da Deliberação CIF nº 487? O Plano de Divulgação do Estudo de Linhares está apto para ser publicizado? Favor justificar a resposta. O CIF não disponibilizou todas as informações necessárias para a realização do referido custeio, como alega a FR? O CIF compreende que existe necessidade de complementação dos estudos piloto de Mariana e Barra Longa? Favor justificar a resposta. O CIF tem alguma crítica a fazer no ponto em que a decisão recorrida determinou a inversão do ônus da prova? O CIF tem alguma ponderação a fazer com relação ao fato de os estudos em saúde mencionados nas decisões agravadas levarem em consideração as áreas previstas na Deliberação CIF nº 58? O documento com as respostas está disponível no drive para contribuições (E63.04). A resposta será enviada até dia 23/06/2023. Roberto Costa informou que receberam propostas de capacitações da Fiocruz, da Escola de Saúde Pública de MG, do Instituto de Pesquisa e Extensão-ES, e a avaliação dessas propostas será feita em reuniões a serem agendadas, posteriormente, para fechamento da proposta a ser apresentada ao CIF.</i></p>

<p>Encaminhamento E63.04</p>	<p>Enviar por e-mail o link dos documentos do GT Estudos.</p>
<p>2. Informe sobre a reunião junto à perícia judicial do dia 14 de junho de 2023</p>	<p>Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES informou que foi determinada judicialmente a realização de reunião da perícia judicial, a Fiocruz, o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde dos dois estados, para dirimir algumas dúvidas sobre a pesquisa, sobre o trabalho da Fiocruz, metodologia, dentre outras questões. Relatou que a Fiocruz se manifestará oficialmente respondendo aos questionamentos. Estão aguardando definição de prazo pelo juiz para entrega da manifestação. Luiz Fernando, coordenador da CT- Saúde, mencionou que o perito foi solicitado pelo juiz a acompanhar três estudos, portanto sugeriu agrupar os estudos propostos pela Fiocruz no formato solicitado pelo juiz, a fim de facilitar a discussão e o entendimento Wenner Tavares, representante da SES/MG, solicitou esclarecimentos sobre a inclusão dos estudos de meio ambiente na manifestação. Roberto da Costa informou que a manifestação do Ministério da Saúde e Fiocruz informará não competir à Fiocruz ou à CT-Saúde acompanhar estudos de caráter ambiental. A CT Saúde encaminhará esta demanda para a Secex reenviar às outras CTs. Clara Diniz, representante da SES/MG, considerou que a demanda do juiz era que o CIF apresentasse as propostas de execução dos estudos do Eixo Prioritário 2 – saúde e meio ambiente. Avaliou que o CIF deveria ter comparecido e apresentado as propostas dos dois estudos. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, levantou a dúvida quanto ao fluxo de envio pelo CIF das questões do Eixo 2 para outras CTs além da CT Saúde.</p>

<p>2. Pauta dos GTs</p>	
<p>c) GT-Água:</p>	
<p>Pauta</p>	<p>Discussão</p>
<p>1. Revisão Bianual do Plano 2024/2025</p>	<p>Alice Matos, representante da SMS Governador Valadares/MG apresentou o projeto de revisão bianual do Plano – 2024/2025. Informou que houve reunião com a Fundação Renova, a qual propôs algumas mudanças no plano: terminar com as SAIs, mas Alice Matos ponderou que em Degredo o monitoramento deve ser constante, em conformidade com a Deliberação CIF 494. Acrescentou que serão adicionados pontos de SAI de localidades, tais como Conselheiro Pena, Dionísio, Timóteo e Resplendor, município que enviará dois pontos na terra indígena. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES informará se há outros pontos em terras indígenas. Alice Matos informou que o GT não concorda com o encerramento das SAIs devido a essas pendências. Os pontos de coleta serão atualizados, e nas localidades novas serão acrescentados os pontos de SAI. Acrescentou que a Fundação Renova solicitou retirar alguns parâmetros, com justificativa de que 75% deles tinham sido satisfatórios. Alice Matos informou que o GT não concorda em retirar esses parâmetros, pois, os considera essenciais para o monitoramento e que o GT vai solicitar incluir os agrotóxicos novos nos parâmetros. Informou que há parâmetros que apresentaram grandes alterações.</p>

	<p>Quanto à frequência de monitoramento propuseram que sejam mensais nos períodos de seca e quinzenais nos períodos de chuva. Onde não há tratamento de água que sejam sempre mensais. A Fundação Renova propôs ampliação dos prazos para 1 mês em períodos de chuva e 3 meses em períodos de seca. O GT avaliou o propôs deixar tudo em uma vez no mês. A divulgação e exposição dos dados será mantida como antes. Quanto à entrega do relatório anual, alteração do prazo para 90 dias e 150 dias na estrutura do relatório. Trocar o item <i>Conclusões</i> por <i>Considerações Finais</i>. As capacitações serão retiradas do Plano. Será feita nova Reunião com a Fundação Renova para discutir esses pontos. Se houver dissensos as questões serão levadas à 64ª RO da CT Saúde. Serão acrescentados em torno de quinze (15) pontos no monitoramento do Plano por solicitação de Dionísio, Timóteo, Conselheiro Pena e Resplendor. Clara Diniz, representante da SES/MG, informou que São Domingos do Prata solicitou inclusão de pontos, o que será acolhido, apesar de que o prazo de envio era até 16/06/2023. Ana Gabriela, representante da ADAE/ES, perguntou se há algum documento com o georeferenciamento dos pontos de coleta de monitoramento de água no ES, e qual é o cronograma de efetivação das coletas nos pontos, para que a equipe de acompanhamento sócio ambiental possa acompanhar. Alice Matos informou que o Cronograma é enviado para a Secretaria Municipal de Saúde e que a Fundação Renova possui o georeferenciamento dos pontos de coleta, e no site: www.saude.mg.gov.br/desastreperiodo onde se encontram todos os boletins e relatórios. Alice Matos enviará o documento para todos da CT Saúde contribuir e após enviará para a Fundação Renova (E63.06).</p>
Encaminhamento E63.05	Solicitar pauta ao Cif para apresentar a NT sobre a revisão bianual da qualidade da água – PMQACH, após enviar aos membros da CT para ciência.
Encaminhamento E63.06	O GT Água finalizará o documento, enviará para contribuições da CT Saúde e depois para a Fundação Renova.
2. Relatório anual 2021-2022	Alice Matos informou que foram feitas correções no relatório e o GT solicitou à Fundação Renova retirar as partes que geravam justificativas quanto ao rompimento da barragem, deixando o relatório mais objetivo (E63.07).
Encaminhamento E63.07	Inserir assinatura do coordenador no relatório anual e enviar para a Fundação Renova
3. Boletins quadrimestrais	Alice Matos, representante da SMS de Governador Valadares/MG, informou que os boletins e o relatório não foram divulgados, pois, ainda, não estão finalizados. Os Boletins sofreram alguns ajustes e estão em revisão. (E63.08)
Encaminhamento E63.08	8º Boletim e 3º Boletins: de água tratada com captação e dos pontos sem tratamento. Ofício já finalizado para aprovação. Assinar e Enviar os boletins quadrimestrais para a Fundação Renova

No dia vinte e um de junho do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas e dez minutos, em modelo híbrido, com sede presencial no **Hotel Max Savassi**, localizado na R. Antônio de Albuquerque, 335 - Savassi, Belo

Horizonte - MG, e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte pública** da **63ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov.), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

63ª RO da CTSaúde - Reunião Pública

Pauta	Discussão
<p>1. Apresentação da equipe da Fundação Renova e Convidados</p>	<p>Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, agradeceu a presença da Fundação Renova e fez uma rodada de apresentação. Justificou o atraso na produção das atas, que serão elaboradas em breve.</p>
<p>b) Apresentação de considerações da Fundação Renova sobre o PG-14</p>	<p>Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, informou que apesar da solicitação da Fundação Renova de retirada deste ponto da pauta, ele foi mantido, pois, a solicitação foi feita fora do prazo. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova relatou que a Fundação Renova recebeu a versão 0.1/2023 de revisão do escopo do PG14, mas que o tema se encontra judicializado, portanto, todas as considerações devem ser feitas no âmbito da 4ª Vara. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, considerou que a Fundação Renova tem apresentado pouco compromisso com a saúde dos atingidos, pois demonstra mais preocupação com os registros de atas do que em resolver as situações de saúde dos atingidos. Jadilson Gomes fez uma moção de repúdio pelas respostas dos técnicos da Fundação Renova à CT Saúde, o que considera recalcitrância e procrastinação. Ivan Ferreira Brum, representante da SMS/Resplendor/MG, solicita como membro, técnico e atingido acesso a todos os documentos que estão em pendências e negativas por parte da Fundação Renova e, ainda, as questões que não foram avaliadas pelo CIF. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, sugeriu apresentar os documentos na próxima CT e disponibilização no drive (E63.9). Ranieri, Secretário de Saúde de Belo Oriente/MG, solicitou esclarecimento: Se o PG 14 está judicializado qual é o sentido da participação da Fundação Renova nas reuniões ou fornecimento de atas e outros documentos? Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, considerou que a posição da Fundação Renova quato à judicialização do Programa de Saúde fecha portas para discussões futuras com a Fundação Renova, pois, a mesma alega não poder se manifestar devido à judicialização. Paula Coimbra, representante da Fundação Renova, informou que não é por estar judicializado que a Fundação Renova não quer se manifestar. A questão foi a aprovação da Deliberação 551/2021, a qual não passou pela Fundação Renova, sendo que a Fundação já havia apresentado diversas versões sobre o escopo do PG14, que não foram aprovadas na CT Saúde. Acrescentou que no dia 17 de janeiro de 2022 a Fundação Renova entrou com incidência de divergência, pois, há vários pontos, que constam nessa versão, que precisam ser revistos, inclusive a questão do PMQACH, que já foi deliberado pelo CIF e ainda consta nessa versão. Avalia que, como há instrumento jurídico, esse deixa de ser lugar de definição, o qual agora é a 4ª Vara Civil e Agrária.</p>

Paula Cambraia considera que não há negação de informação, que a Fundação Renova está apenas ponderando assunto já debatido na 56ª RO da CT Saúde, que retorna novamente. Acrescenta que já foi enviado, em ofício, um histórico com a linha do tempo e com as questões encaminhadas e já discutidas junto à Câmara Técnica. Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, pontuou que, apesar da mudança da narrativa, a questão é a alegação de que a CT deixou de ser espaço para discussão dos órgãos técnicos com a Fundação Renova sobre o PG14, pois, a Fundação Renova só vai se manifestar perante à 4ª Vara. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, considera que é uma ordem judicial e não da Fundação Renova e apontou trecho do ofício enviado sobre as matérias judicializadas, indicando o caráter consultivo do CIF em relação ao juízo federal. Assim, mencionou que, sobre os eixos prioritários definidos de forma conjunta e retirados do fluxo normal estabelecidos no TAC Gov e no TTAC, caberá ao Sistema CIF se adequar para colaborar com a instrução processual. Acrescentou que sempre que necessário o juiz estabelecerá prazos para que o sistema se manifeste sobre os planos, cronogramas, diagnósticos, estudos, apresentados pelas empresas réis, cabendo ao Sistema CIF tão somente emitir manifestação, opinião técnica administrativa para fins de instrução de processo decisório, o qual ficará exclusivamente a cargo do juízo. Luiz Fernando, coordenador da CT – Saúde, ponderou que este ofício tratou dos eixos prioritários definidos anteriormente, dentre os quais, o eixo prioritário 2, que ao ser criado abrangia os estudos de avaliação de risco à saúde humana, e que, a partir de então, a Fundação Renova passou a colocar tudo em relação à saúde no Eixo Prioritário 2. Acrescentou que não há nada que proíba a Fundação Renova de discutir com o Sistema CIF. Esta é uma decisão da Fundação Renova, de não mais discutir o programa de saúde, e apenas se manifestar no processo, o que não é posição da CT, então que arque com as consequências. Sendo assim, a Câmara Técnica de Saúde não mais convidará a Fundação Renova para as Reuniões. Antônio Áureo, representante dos atingidos, relata que em audiência, foram orientados, informalmente, pelo juiz a manter o diálogo e negociações, mesmo em matérias judicializadas, entendimentos que poderiam ser encaminhados ao juiz. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, avalia que se a Fundação Renova não tem mais contribuições a dar, melhor que não participe mais das Reuniões. Relatou que, em conversa com um Juiz, foi informado que as questões judicializadas não estão impedidas de negociações, as quais são melhores do que esperar as decisões judiciais. Sugere criar mesa de negociação e apresentar o entendimento ao juiz, sem recalçar e procrastinar as soluções. Clara Diniz, representante da SES/MG, registrou que durante o processo de revisão do escopo do PG14, a CT buscou a Fundação Renova por duas vezes para diálogo sobre o programa e a Fundação Renova respondeu que o lugar para essas discussões eram apenas na 4ª Vara, em âmbito judicial e não em âmbito administrativo. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, registrou que as discussões sobre o PG 14 não foram iniciadas há 8 meses, mas quando foi criada a Fundação Renova, em 2016 e que a Fundação Renova construiu seis versões de escopo, que não foram aprovadas, apesar das várias reuniões realizadas, os dissensos permaneceram. Esta é a 7ª Versão, que foi apresentada diretamente ao CIF, após

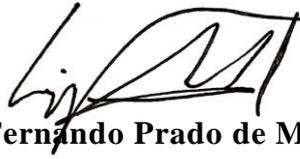
	<p>apresentação em duas Reuniões Ordinárias. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, relatou que nas duas reuniões sobre a revisão da sétima versão do escopo, a Fundação Renova se negou a se manifestar. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, avaliou que o histórico anterior a este escopo aprovado, e no qual não houve consenso, agora precisa ser considerado. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, esclareceu que o escopo aprovado em 2021 foi enviado à Fundação Renova, a qual, alegou discordância integral. Joeci Miranda, representante da Comissão de atingidos de Aracruz/ES, considerou descaso da Fundação Renova, pois não se dispõe a entender as demandas dos atingidos, gerando dissensos, e permanece há 7 anos sem resolver os problemas causados pelo rompimento da barragem. E se não há um plano de saúde aprovado em execução, que consenso a Fundação Renova quer? Sugeriu solicitar que as empresas venham diretamente às CTs resolver os problemas, já que a FR não tem conseguido.</p>
<p>Encaminhamento E63.9</p>	<p>Disponibilizar os documentos, deliberações, Notas Técnica, que estejam com pendências na execução ou com negativas por parte da Fundação Renova.</p>
<p>Pronunciamento dos atingidos: a) Fala livre dos atingidos</p>	<p>Antônio Áureo, representante dos atingidos de Rio Doce/MG, ressaltou a importância da saúde e dos Planos de Ação em Saúde, os quais, já estão precisando de revisão, sem terem sido executados. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, informou que, ao iniciar a pandemia, a Fundação Renova recebeu diversas solicitações dos municípios para que fornecesse materiais e instrumentais e diante disso, mesmo sem ser ação reparatória, foram disponibilizados, proporcionalmente, para os estados 120 milhões de reais, que foram utilizados para compra de respiradores, para reforma e criação de leitos de UTI, ações voltadas para o atendimento à população. Ressaltou que a execução do recurso não foi acompanhado pela Fundação Renova. Acrescentou que novo repasse, no valor de 150 milhões de reais para os estados de MG e ES, que fizeram destinações para os municípios, os quais puderam realizar várias ações de saúde, conforme definição dos Estados. Destinados, também, 100 milhões de reais para reforma e equipagem de hospital em Governador Valadares. Sugeriu que os atingidos acompanhem as ações realizada., pois, ações estão sendo feitas e há sim preocupações da Fundação Renova com a saúde e se os Planos de Ação em Saúde estão sem execução é devido ao dissenso da Fundação Renova com o sistema CIF. Remeteu à decisão judicial de 31 de janeiro, que aponta a necessidade de relação de correlação com o rompimento e de estudos para implementação das ações. Joeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, esclareceu que diversas empresas disponibilizaram recursos no período de pandemia e que os recursos disponibilizados pela Fundação Renova nesse período, não necessariamente foram destinados para os municípios afetados pelo rompimento da barragem. Acrescentou que essas informações são públicas e os atingidos as acessam. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, reforçou que a destinação dos recursos aos municípios foi feita pelos estados. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, solicitou esclarecer os motivos de se trazer a informação sobre a destinação de recursos compensatórios em CT que trata de recursos reparatórios. Mencionou o quanto a saúde dos atingidos ficou</p>

afetada após o rompimento da barragem, e em termos de reparação em saúde a Fundação Renova tem feito muito pouco. Acrescentou que a judicialização do PG 14 é mecanismo de procrastinar a efetivação dos planos aprovados pela equipe técnica da CT Saúde. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova informou que os recursos destinados são recursos de empresa e, não sendo compensatórios nem reparatórios. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, considerou, então, que esses recursos não deveriam nem ser discutidos na CT. Elias de Oliveira, representante da SES/MG, apontou que a CT possui conhecimento dos dados. Os gastos em saúde mencionados não se equiparam aos 20 bilhões de reais de lucro líquido da Vale em um ano. Então repassar 300 milhões é valor ínfimo, que ainda é descontado em imposto de renda. Acrescentou que esse argumento do nexo de causalidade é uma falácia, pois, não há estudos que comprovem estatisticamente de forma significativa o nexo de causalidade, que entra como termo sugestivo. Considerou que a Fundação Renova deveria se propor a fazer a reparação e não se esconder atrás de termos e argumentos pouco convincentes. Acrescentou que o conhecimento técnico deveria ser utilizado para elaboração e efetivação dos planos de reparação. Antônio Áureo, representante dos atingidos de Rio Doce/MG, apontou que a Fundação Renova tem como única resposta para toda demanda de reparação, a apresentação dos valores já investidos. E pergunta quando a Fundação Renova vai efetivar os Planos de Ação em Saúde e atender objetivamente as demandas a ela direcionadas. Luiz Fernando, coordenador da CT – Saúde, ponderou que não compete à CT avaliar as outras ações da Fundação Renova que não são previstas no Programa de Saúde (PG-14). Lamentou que as discussões tenham desviado das ações de saúde executadas nos territórios, ações que a Fundação Renova entende não devam mais ser discutidas nesse espaço. Assegurou que a CT seguirá comprometida com suas atribuições no processo de reparação. Agradeceu a presença de todos e finalizou a 63ª Reunião Ordinária de Saúde.

Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador da CT-Saúde, sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, agradeceu a presença de todos e dezesseis horas e vinte e três minutos do dia vinte e um do mês de junho de dois mil e vinte e três, deu a reunião por encerrada.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 64ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia dezoito de julho de dois mil e vinte e três.

Clycia de Almeida Ferreira
Secretária executiva da Câmara Técnica de Saúde



Luiz Fernando Prado de Miranda
Coordenador da Câmara Técnica de Saúde